



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 12 DE JUNHO DE 2002

Meus caros companheiros de Mesa; Senhoras e Senhores, especialmente formandas e formandos,

Com muita satisfação, presido uma vez mais a cerimônia de formatura dos novos diplomatas. É a oitava vez, sem mencionar aquelas de quando estive aqui como Ministro das Relações Exteriores e pude participar, também, como faz hoje o Ministro Celso Lafer, ao lado do Presidente da República.

Talvez por conta do gosto acadêmico, aprecio ritos, como disse o Conselheiro Brito Cruz, ritos de passagem para os formandos e para a instituição.

O Itamaraty renova seus quadros e, com eles, a capacidade de continuar a executar uma política externa afinada com seu tempo. Mas é importante que se tenha bem presente o significado dessa tradição. Eu não sei se existe outra instituição, no Brasil, e talvez nestes lados mais quentes dos trópicos e ao sul do equador, onde haja uma cerimônia tão próxima daquilo que é o usual em Oxford ou Cambridge, nos colleges.

É um rito de passagem no qual, ao mesmo tempo, é como se estivéssemos abençoando-os, dizendo: agora, sim, pertencem à Casa. E pertencer à Casa tem um significado marcante, porque significa também uma devoção a um certo método de trabalho, à continuidade de certos valores, que foram reafirmados aqui, hoje, por todos, pelo Ministro, pelo paraninfo, pelos formandos. Isso tem um significado muito grande, exatamente por ser a expressão daquilo que o nosso jovem orador acabou de mencionar, por ser a expressão de algo que é muito brasileiro, que é muito nosso; e o fato de o Itamaraty ter sido capaz de, de alguma forma, recriar aqui, ao sul do equador, o ritual que tem origem ao norte do equador, mas, ao recriá-lo, manteve, também, muito viva a chama, mostrando que nós, aqui, temos algo que é muito próprio, que é muito peculiar e de que gostamos. É muito importante para que o Brasil possa continuar a ter, como terá, continuadamente, a formação de pessoas aptas à defesa dos nossos interesses aqui e lá fora.

Não faltam fontes de inspiração para isso, a começar, como já foi aqui mencionado, pelo fato de que, em primeiro lugar, estamos no centenário da administração de Rio Branco; e, em segundo lugar, porque o patrono aqui escolhido pelos formandos se inscreve numa linha muito interessante. Os últimos patronos foram Ítalo Zappa, João Cabral, Azevedo Rodrigues e, agora, Antonio Houaiss, e todos tiveram esse mesmo traço comum que foi reavivado esta manhã: um imenso apreço pelo Brasil e suas coisas. Na verdade, eles todos foram diplomatas-cidadãos.

E, claro, como já foi referido também, o arbítrio privou o Estado do concurso de Antonio Houaiss, mas não o impediu de continuar a servir ao Brasil. E eu acho isso muito importante. Já foi dito, e com mais maestria do que eu sou capaz, que o Houaiss era um trabalhador da palavra como signo da linguagem e como instrumento de ação política. Ele normatizou o idioma e fez disso, e da sua promoção, uma grande causa. Contribuiu para a unificação da língua portuguesa. Ele acreditava na lusofonia. Fui colega de Houaiss quando Houaiss era Ministro da Cultura. Eu era Ministro de Relações Exteriores; depois, fui

Ministro da Fazenda, e ele, Ministro da Cultura. Como Ministro da Fazenda, senti mais de perto a pressão do Houaiss em função dos seus objetivos, que eram esses, de chegar à propagação da palavra, à normatização do idioma, à lusofonia. Enfim, ele continuou fazendo política externa mesmo depois de sua passagem pelo Itamaraty, porque estava convencido de que a diplomacia é patrimônio da coletividade e que é preciso servir-se desse patrimônio para a ventura da coletividade. Eu partilho dessa crença.

E, se uma preocupação me acompanhou ao longo dos dois mandatos, foi a de caracterizar a diplomacia como uma política pública.

Essa também é a convicção do Ministro Celso Lafer, que, como ele acabou de lembrar aqui, cunhou a feliz definição do ofício como a missão de traduzir necessidades internas em possibilidades externas, de modo a ampliar o controle da sociedade sobre seu destino.

Não preciso repetir, porque o Ministro Celso Lafer, aliás, numa extraordinária apresentação esta manhã, mostrou, com força, o significado dessa percepção.

É assim que operam as democracias. É dessa maneira que a política externa brasileira tem sido realizada.

Já se foi o tempo das diplomacias de rótulos, das cosmovisões de gabinete, sem o cimento da legitimidade. E isso, naturalmente, implica que nós tenhamos uma nova linguagem, que não é dada, mas construída com a participação da sociedade. E aqui, de novo, se precisa de alguma teoria, para que essa prática tenha um significado mais efetivo. Só que essa teoria tem que ser, como já foi também dito pelo Conselheiro Brito, uma teoria que se constrói. E que se constrói numa democracia de modo aberto, e não apenas em termos de um pensamento, por mais valioso que seja, isolado do fluxo da vida. Isso, naturalmente, exige a atualização de métodos e de práticas.

Não me refiro apenas às mudanças inerentes à consolidação da democracia, como naturalmente um diálogo mais estreito com o Congresso Nacional e os órgãos de imprensa, que agora se ocupam, de forma sistemática, dos temas internacionais.

Penso também nas inovações que têm ocorrido aqui, nesta Casa, que vão desde o reforço da articulação com estados e municípios até mecanismos de consulta à sociedade nas mais diversas áreas, do meio ambiente a direitos humanos, do Mercosul e da Alca às tratativas na Organização Mundial do Comércio.

A sociedade adquiriu maior familiaridade com temas de interesse imediato para seu cotidiano e mais familiaridade com os temas externos que se refletem na nossa vida. Reiterando: é uma confluência imensa entre o externo e o interno.

Os agentes de política externa podem melhor aquilatar a relevância de uma boa diplomacia para a competitividade de nossa economia e o avanço da cidadania.

Vejamos a participação no Tribunal Penal Internacional, que ajudará a inibir a reedição de violações sistemáticas de direitos humanos. Daqui a poucos instantes assinarei a carta de ratificação do Estatuto do Tribunal, graças à diligência do Congresso Nacional, que foi rápido em seu exame e aprovação.

Quero também saudar a adoção, pelo Itamaraty, de experiências que são realmente inovadoras, como a política de ação afirmativa do Instituto Rio Branco, que espero sirva de exemplo a instituições de ensino ao redor do País. São temas que, na verdade, fluem entre a sociedade e as instituições do Estado e que permitem, ou mais que permitem, exigem uma atualização que o Itamaraty vem absorvendo e vem realizando.

O certo é que a diplomacia brasileira está hoje melhor aparelhada a dialogar com o mundo, de acordo com o que nós desejamos, com os reclamos domésticos, que refletem um ponto de vista cada dia mais matizado sobre a realidade internacional.

Ao longo de sua história, o Brasil nunca esteve isento de juízos antagônicos sobre qual deveria ser a melhor filiação externa para o País. Sabemos que a República foi inaugurada em meio ao debate entre aqueles que zelavam por um apego continuado às raízes européias, ou mais propriamente ibéricas, como Eduardo Prado, e aqueles que abra-

çavam um pan-americanismo fundado em relação privilegiada com os Estados Unidos, como o grande Joaquim Nabuco.

Na verdade, a idéia de congregar o Brasil e os Estados Unidos em um “sistema americano”, inspirado na vocação de liberdade, mobilidade social e prosperidade, remonta aos anos que precederam a Independência.

O tema foi recorrente nos contatos, em Washington, entre Thomas Jefferson e o abade Correa da Serra, Ministro Plenipotenciário do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. Eles estavam interessados, os dois, em manter distância da Santa Aliança, e isso foi a motivação que resultaria na Doutrina Monroe. Portanto, há uma espécie de antagonismo, de ambivalência entre uma posição de reafirmação, na nossa diplomacia, dos valores europeus, ibéricos, e uma visão baseada no distanciamento desses valores para afirmar-se uma outra aproximação hemisférica. Não nasceu ontem, nem agora: vem de muito tempo. E, no início das especulações de Jefferson, havia um debate, nada mais, nada menos, com Serra – que não é o atual, era outro.

A tensão entre iberismo e americanismo percorreu a nossa História. E, na verdade, ela esteve por trás de toda a nossa reflexão sobre o acesso do Brasil à modernidade.

A corrente talvez majoritária reuniu de Sérgio Buarque de Holanda a Raymundo Faoro, e para esses o caminho estaria, talvez, na superação do legado ibérico, associado sempre a traços antidemocráticos, como o personalismo e o patrimonialismo.

Mas não foi essa a cartilha de todos. Por exemplo: Gilberto Freyre valorizou a mentalidade pragmática e culturalmente integradora do patriarcalismo ibérico. Na verdade, apesar do brilho do debate – e quem percorre, percorre com entusiasmo essas discussões do passado –, ele hoje soa um tanto datado. Não que tenhamos feito opção por qualquer dos dois campos, mas porque aprendemos a olhar nossas circunstâncias e reconhecê-las portadoras de um discurso universalista, tanto quanto o dos dois supostos modelos. E é o que se reafirmou, hoje, aqui, através da palavra de todos os oradores.

Já perdemos essa preocupação de saber se a nossa origem ibérica ou a nossa vocação espacial americana deve ser a bússola da nossa diplo-

macia e mesmo da matriz cultural. Hoje nós temos muito mais confiança na nossa própria capacidade de olhar para as nossas circunstâncias e achar que temos um discurso próprio, que é universal e que não precisa buscar apoios, ilustres que sejam, nessas seleções.

Entre os que se detêm a analisar o mundo de nossos dias, é comum o apreço a valores como a coexistência étnica, a tolerância religiosa, o hibridismo cultural e a propensão a matizar dogmas. Talvez seja isso que seja mais caracteristicamente nosso.

São valores que inibem fundamentalismos de qualquer sorte e podem concorrer para a emergência de um novo universalismo, que preserve diferenças, reforce a autonomia individual e coletiva, assegure o que Habermas chama de uma “sociedade comunicativa sem fronteiras”.

O Brasil está mais do que credenciado a exercer um papel importante no tempo que se anuncia, se o tempo realmente permitir que haja uma continuidade desse espírito de uma sociedade comunicativa sem fronteiras. Afinal de contas, temos no pluralismo um traço maior. E, na verdade, isso também se aplica a nossos vizinhos geográficos. Daí, me parece, a impropriedade de se tentar impor aos brasileiros, argentinos, peruanos e aos demais sul-americanos identidades unívocas e atemporais. Nós não somos assim. Nós temos outras formas de expressão do nosso sentimento, temos outros interesses, temos formas de expressão dos nossos valores que são de outra natureza.

Nossas identidades são múltiplas. Eu até diria, seguindo meu querido amigo Sérgio Rouanet: são nômades. Nós estamos sempre atentos à capacidade dos povos desta região de relativizarem suas certezas e, cito o Rouanet, “assumirem incessantemente o ponto de vista do outro”. Nada mais contrário ao espírito regional do que exclusivismos ou parcerias privilegiadas.

Daí o equívoco, por exemplo, daqueles que tentam demonizar a Alca e enaltecer a associação com a União Européia. As duas negociações são difíceis e complexas e merecem, de nossa parte, como desafio e promessa, a mesma atenção. Não há razão para nós nos definirmos cara-ou-coroa. Não fazem parte do nosso sistema de percepções essas definições

que sempre têm um grão de incondicionalidade, sempre têm um grão de adesão que, no fundo, pode levar, quando vem com muita certeza, a irracionalidades e a fundamentalismos.

Para nós, a expectativa é que os dois projetos possam aplinar o terreno para uma convivência mais simétrica da região com os principais pólos econômicos do mundo.

Não há razão para aceitarmos regras discriminatórias de qualquer procedência, ou o ônus imposto pelo protecionismo norte-americano ou europeu. Tampouco cabe adotar o protecionismo alheio como parâmetro para a formulação de políticas domésticas.

Para os que reconhecem a importância do comércio exterior na geração de divisas, renda e emprego, é de todo infeliz a hipótese de retorno a fórmulas autárquicas, acompanhadas, como foram, no passado, de ineficiência, falta de competitividade e assédio aos fundos públicos, que é o que, talvez, mais move e que mais me horroriza.

Mas isso não quer dizer que daremos trégua à escalada protecionista nos países desenvolvidos. Quando pertinente, o Brasil continuará a recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias da OMC ou mesmo a lançar mão dos instrumentos acatados por esse foro para a defesa da economia nacional.

Já que dispomos de competência negociadora, é importante que continuemos a investir nela, sem arroubos gratuitos, acomodando tensões, fazendo uso da moderação construtiva que tem desde sempre norteado a ação externa do Brasil.

O que o Ministro Celso Lafer aqui falou de Rex e Dux na verdade se aplicaria não a mim, mas à política externa do Brasil, porque ela tem que ser realmente assim: em certos momentos, de muita firmeza; em outros momentos, uma política de conciliação, sempre tendo em vista os interesses nacionais. Evidentemente, dispomos dessa competência negociadora e não precisamos, portanto, transformar essa competência ou obscurecer essa competência com uma retórica meramente agressiva. Tenho dito que a soberania é atributo que dispensa bravatas. Basta exercê-la.

Na reunião de Quebec, quando anunciei os objetivos do Governo e da sociedade para um acordo hemisférico, não fiz bravata alguma, mas disse com clareza e com firmeza as coisas como devem ser, do nosso ponto de vista, e como serão, porque a nossa capacidade negociadora é grande e nós vamos aceitar o que nos interessar e recusar aquilo que não nos interessar.

Também a União Européia está ciente das expectativas do Brasil e de nossos parceiros no Mercosul. Sentaremos à mesa nos dois foros com a confiança de que vamos reivindicar aquilo que nos dispomos a conceder: acesso a mercados. É isso que queremos. Não se trata, portanto, nem de esconder o jogo, nem de fazer bravata, nem de ter medo de jogar o jogo com firmeza e com capacidade de negociar.

A evolução dos fatos vai mostrar se norte-americanos e europeus estão, efetivamente, em condições de garantir a reciprocidade necessária para que possamos inaugurar uma nova era de prosperidade para todos.

Já que estamos falando de uma matriz cultural, de nossas tendências e nossas inclinações para recolocar essas questões que são tão palpitantes, que constituem o dia-a-dia dos diplomatas brasileiros e do Governo brasileiro nas negociações internacionais, é preciso que se diga, também, que Alca, a União Européia, os acordos que vamos discutir e que estamos discutindo, sempre olhando o interesse nacional, são muito importantes, mas o Mercosul os antecede. Estou seguro de que ele vai sobreviver às negociações hemisféricas e inter-regionais, qualquer que seja o desenlace.

Evidentemente, agora, com a situação argentina, as Cassandas já estão vaticinando tragédia, por não saberem colocar a realidade em perspectiva.

Aí é preciso ver que o Mercosul tem lastro histórico, cultural e político e é imune à especulação; e teve muitos êxitos nos seus anos de funcionamento. Poucos acordos regionais tiveram, tão rapidamente, um efeito tão positivo sobre o comércio como ocorreu aqui, no Mercosul. É claro que as crises são sempre presentes, quando se trata de ajustes de vontades

soberanas. Mas é preciso ver o potencial de renovação que, mesmo nessas situações de dificuldades, está embutido nas situações.

E nunca esquecer – aí me refiro àquilo que é tradição aqui no Itamaraty – que o Barão do Rio Branco sabia muito bem das coisas, melhor que muitos de nós. Ele sempre dizia: “Amizade com os Estados Unidos e atenção ao Prata.” Nós, hoje, temos amizade com os Estados Unidos, atenção ao Prata, amizade com a Europa, com a China, com a Índia, atenção à África. Mas, no fundo, é preciso atenção ao Prata. Por quê? Porque nós estamos aqui. Porque, como disse, há pouco, o Ministro Celso Lafer, vamos fazer a história da nossa geografia, a política da nossa geografia. A geografia não vai mudar, os interesses que se vão constituindo no decorrer da História, num espaço geográfico, não podem ser postos à margem, pura e simplesmente, porque um dos setores desse espaço geográfico está sofrendo uma crise. Ao contrário. Temos que ver, a despeito da crise, que vantagem se pode ter no sentido de aprofundar a inter-relação.

E, evidentemente, no caso da situação argentina atual, que nós todos esperamos passageira, se desenha a possibilidade, por causa do sistema cambial, de voltar a sonhar com uma moeda única. Por que não insistir nisso para manter viva a idéia de que temos uma comunidade, que temos interesses que são comuns e que precisamos construir historicamente?

Não é em um ano, não é numa conjuntura, não é num dia em que o mercado fica nervoso. O mercado fica nervoso? Dá calmante. Passa. O que não pode deixar é o paciente ficar, também, todo ele prejudicado por aquele dia de nervosismo. Há que se manter o equilíbrio das coisas. É o que nós vamos fazer com relação à questão do Mercosul.

Também creio que nós, hoje, temos condições muito mais amadurecidas para um acordo com a Comunidade Andina. Agora, em julho, nós vamos assumir a Presidência pro-tempore do Mercosul. Estamos cientes de que temos responsabilidade para que essas frentes todas progridam. E progridam a contento. E é preciso resguardar os fundamentos de tudo que nós fizemos nesses últimos anos, nes-

sas últimas décadas, no sentido do fortalecimento dessas nossas estruturas regionais.

Foi mencionado pelo Ministro Celso Lafer que nós fizemos, aqui nesta sala, aqui em Brasília, um reunião dos Presidentes da América do Sul. Pode parecer algo banal, mas o fato é que nunca se tinham reunido os Presidentes de América do Sul. Era uma coisa estranha. Os Presidentes do mundo todo se reúnem. Aqui eu nunca vi, não houve uma só reunião, a não ser essa que nós fizemos. Isso agora vai ter continuidade.

Estaremos em Guayaquil, no fim de julho, dando seguimento à criação de um espaço econômico sul-americano, que tem no Mercosul a fonte de inspiração. Então, é muito importante que, nesse encontro de Guayaquil, nós avancemos mais. Avancemos como? Já há sugestões. Houve, recentemente, aqui em Brasília, uma reunião dos Ministros de Transportes da América do Sul com algumas agências financeiras, como o BID, a Corporação Andina de Fomento e o Fonplata, que é um fundo do Mercosul, com idéias muito sugestivas no sentido de transformar ainda mais a nossa geografia; melhor, mais que transformar, propiciar a essa nossa geografia uma integração maior, através de planos de integração viária e energética. E o Banco Interamericano de Desenvolvimento tomou como inspiração a programação do Brasil, dos eixos de desenvolvimento, do programa Avança Brasil, e propôs um conjunto de projetos integradores, no espaço geográfico da América do Sul. Quem sabe nós possamos, em Guayaquil, até mesmo obter uma espécie de fusão entre o fundo chamado Fonplata, de financiamento do Mercosul, e a Corporação Andina de Fomento, para que nós tenhamos mais latitude e aproveitemos, quem sabe, capitais disponíveis na Europa, ou onde seja, para o financiamento desses mecanismos de integração.

Há, portanto, muito que continuar trabalhando nessa direção, e o fato é que estamos, agora, mergulhados nas discussões. No mês de julho, teremos uma discussão importante com a União Européia, sobre os acordos de comércio entre Mercosul e União Européia, em que estamos também engajados. Há dezenas de grupos de trabalho discutindo com os empresári-

os, com a sociedade brasileira – e, mais tarde, será com os sindicatos, com os partidos – até que ponto a ligação com a Alca vai ser feita. É possível? Não é possível? Isto tudo não deve, nunca, fazer com que deixemos à margem a nossa vizinhança imediata e os mecanismos de integração com esta região da América do Sul e, muito especificamente, com o Mercosul.

E mais: esses empreendimentos não são empreendimentos apenas comerciais, ou apenas de interesse econômico. São, também formas de ligação política. E política externa é política. Não é simplesmente facilitação de negócios: é afirmação de vontades, é combinação entre vontades soberanas.

Esse aspecto do poder estará sempre presente na ação dos senhores e das senhoras, no decorrer das vidas, como diplomatas. E, certamente, o fato de nós termos assimilado, na nossa cultura regional, a idéia da democracia, os valores democráticos, e termos transformado esses valores em cláusulas de tratados é muito importante.

Os que conhecem mais de perto a história dos últimos anos sabem que isso tem eficácia. Teve no Paraguai, teve agora na Venezuela, tem tido eficácia no decorrer dos anos, como um instrumento de ação coordenada, mas uma ação que não implique ingerência em termos do cotidiano, e, sim, uma afirmação de valores que são comuns. E aí há o que disse o Conselheiro Humberto de Brito Cruz: a melhor maneira de se obter a realização do que se deseja é fazer com que todos desejem o que nós desejamos. Nós, todos, desejamos a democracia, e, portanto, a melhor maneira é fazer com que outros também desejem a democracia.

Acho que devemos ter orgulho de estar contribuindo para a formação de uma América do Sul mais coesa e mais livre e, também, de buscar uma interação madura e consequente com as demais regiões do mundo.

Estou convencido de que essas preocupações permanecerão em pauta, não por necessidade histórica, mas para que sejam atendidas as expectativas de uma nação que somente se reconhece plural e transitiva. E volto ao tema da nossa especificidade, que é universalista, porque somos plurais e transitivos. Nós podemos ter uma ação universal, ação universal como estamos tentando exercer aqui, mais diretamente, na nossa região. Mas nós somos uma nação amiga da paz. E somos amigos

da paz exatamente porque temos valores culturais que nos levam a aceitar as diferenças. Como temos valores que nos permitem aceitar a diferença, eles nos impelem menos à belicosidade do que à negociação. Porque nós aceitamos a diferença. Não queremos plasmar tudo conforme um só ethos, conforme um só valor, conforme um só interesse. Achamos que é possível haver essa diversidade.

Enfim, desde que estive aqui – e vejo que isso faz parte da tradição, não é inovação nenhuma da minha parte –, mesmo como Ministro e agora como Presidente, eu sempre quis transformar essa cerimônia, além do rito de passagem, tão importante, e da festa familiar, evidentemente tão efusiva, também num momento de reflexão sobre os rumos da nossa política externa. Será esta, talvez, a última oportunidade que tenho, como Presidente, de participar de uma solenidade dessas. Mas não acho que seja momento de balanços, e, sim, de reflexão. E fiquei muito feliz de ver que essa reflexão minha já era até dispensável, porque todos os que me antecederam fizeram pronunciamentos reflexivos, seja sobre a essência mesma da ação diplomática, seja sobre objetivos e resultados dessa ação nos últimos tempos.

E isso mostra exatamente aquilo que eu disse no início, que foi minha preocupação sempre: é de que a política externa de Estado tem que expressar a continuidade de nossos interesses e também da nossa situação democrática. Por isso ela sofre ajustes, sofre acomodações, mas eu acredito que ela não pode, nunca, ser o fruto do capricho de um líder. Numa democracia, o líder sempre será importante para permitir que isso ocorra, mas é preciso que a política externa seja, realmente, uma política de Estado e que o Estado, sendo democrático, seja o reflexo da vontade da sociedade.

Por isso faço minhas as palavras do Ministro Celso Lafer, de que foi possível preservar, pela renovação, o que ele chamou de “autoridade do Itamaraty”, uma instituição que os brasileiros muito prezam. Isso é verdade. Autoridade não tem nada a ver com autoritarismo, está implícita a noção de legitimidade, a aceitação. Por isso são importantes esses ritos todos. São formas de fazer com que haja a introjeção desse mesmo

espírito de aceitação e de uma autoridade que se fundamenta numa legítima valorização. Foi preservada essa autoridade do Itamaraty.

Claro, os Presidentes e os Chanceleres passam, mas a Nação permanece em toda a sua diversidade. E vai ter que continuar evoluindo, dialogando com o mundo e servindo-se da competência e do patriotismo dos que fazem esta Casa. E, ao vê-los e ao ouvi-los, hoje, eu saio daqui mais que convencido de que essa autoridade é bem fundada e de que o Brasil dispõe de uma instituição capaz de fazer com que os ideais aos quais já nos referimos sejam não apenas preservados, mas, com o tempo, transformados para o benefício de todos.

Parabéns aos formandos e muito obrigado.